

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2010 (da Sra. Janete Rocha Pietá)

Requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a presença do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, e do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel PM Álvaro Batista Camilo, para discutir os recentes episódios do assassinato de dois motoboys em São Paulo e da chacina de moradores de rua em Jaçanã.

Senhor Presidente,

Requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a presença do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, e do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel PM Álvaro Batista Camilo, para discutir os recentes episódios do assassinato de dois motoboys em São Paulo e da chacina de moradores de rua em Jaçanã.

Justificação

A segurança pública é uma questão que envolve, da maneira mais complexa, as funções do Estado e a preservação dos direitos individuais, principalmente o direito fundamental à vida. É de causar indignação os eventos, amplamente noticiados pela grande imprensa que reportam episódios como a morte do motoboy Alexandre Menezes dos Santos na madrugada de sábado, 8/5, na Vila Marari, Zona Sul de São Paulo.

Alexandre foi morto, em presença da mãe que fazia repetidos apelos em favor do filho, pelo excesso de força física ao ser abordado por estar

dirigindo uma moto sem placas, em alta velocidade e na contramão e por não ter obedecido o sinal para parar. A família do motoboy diz que a moto estava sem placas porque ele havia acabado de comprar e que deve ter ficado com medo, por isso fugiu.

A morte desse jovem acontece cerca de um mês depois do assassinato de outro motoboy, dia 9/4, que teria assassinado também por policiais militares, dentro de um quartel de São Paulo. Ambas mortes aconteceram na periferia, revelando o viés das forças de segurança em atuar com força excessiva em áreas de periferias, e contra jovens negros.

Igualmente preocupante é a notícia da chacina de seis moradores de rua, que foram mortos em Jaçanã.

Sabemos pela imprensa que o comando da Polícia Militar já teria tomado medida contra os policiais acusados dos graves delitos. Embora essa seja uma medida fundamental, é importante discutirmos a orientação da política de segurança pública em São Paulo, já que a ocorrência de tantos eventos parecem indicar o problema maior na formação e diretrizes em todo o sistema de política pública.

A agência de notícias Afropress relata ainda outro incidente em que policiais submeteram o advogado Sinvaldo Firmo, do Instituto do Negro Padre Batista e ativista do Movimento Negro, a vexame e constrangimentos, juntamente com o filho menor, ao se dirigir ao Estádio do Pacaembu para assistir ao jogo Corinthians x Flamengo pela Taça Libertadores das Américas. Os policiais não foram identificados mas estavam na viatura M-16024, Placa CWN-5424.

Ao ver o filho ser abordado de forma agressiva pelos PMs, tendo uma arma sob a cabeça, o advogado tentou socorrê-lo. Um dos policiais exigia que o garoto parasse e tirasse a mão do bolso da blusa do agasalho, em tom ameaçador. Sinvaldo, então se apresentou como pai do menor e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, além de assessor jurídico do deputado José Cândido (PT/SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. A intervenção irritou ainda mais os PMs. “Você é mesmo advogado?. Então também será revistado”, disse com ironia e em tom ameaçador, empurrando-o com a cabeça virada contra o muro.

Ao tentar usar o celular para pedir por socorro, os policiais pegaram a carteira da OAB e disseram que poderia denunciar para “OAB ou para quem quisesse e que não iria ligar para ninguém”. O advogado ainda pediu para um sargento que fazia parte da equipe, os nomes dos policiais, ouvindo do mesmo a resposta de que se quisesse anotasse o número da viatura. Terminada a revista, ainda em tom inquisitivo e ameaçador pediram que se retirasse, e rápido.

Pelo exposto, conclamo os nobres pares a aprovarem o presente requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2010.

Janete Rocha Pietá
Deputada Federal – PT/SP